

CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ



**O Contributo dos Partidos Políticos na Manutenção e  
Preservação da Cultura de Paz e na  
Defesa do Interesse Nacional**

**Intervenção de  
Isaías Samakuva, Presidente da UNITA**

**9 de Novembro de 2018**

**Prezados compatriotas:**

**Minhas senhoras e meus senhores:**

Gostaria de exprimir a minha satisfação por ter sido convidado a participar neste evento com algumas ideias que até por sinal, podem chocar com a posição de alguns presentes nesta sala. Mas achei esta conferência tão séria, perante o momento que o nosso País vive, que se viesse aqui para agradar os presentes apenas, estaria eu mesmo a tirar a seriedade ao que pretendemos fazer. Não avançaremos para os objectivos que desejamos atingir se procurarmos apenas agradar as pessoas, contornando aquilo que pensamos ser a realidade.

Antes de continuar, quero felicitar os organizadores desta conferência. Merecem todos a nossa saudação especial por terem criado uma oportunidade para mais um diálogo construtivo entre os angolanos, incluindo os que pensam de maneira diferente, porque é com o outro, o do lado de lá, que construímos a paz que tanto precisamos para a prosperidade colectiva.

O conceito universal de “paz” tem sido muitas vezes manipulado para explorar politicamente o sentimento universal da humanidade em relação ao direito à paz. O mesmo tem sucedido com o conceito vago e indeterminado de “interesse nacional”. Por isso é importante definir a “paz” e “o interesse nacional” para se garantir tanto o pleno usufruto do direito à paz como a defesa do real interesse nacional.

Ao longo dos últimos 40 anos, o conceito de paz no nosso país esteve sempre associado à ausência de guerra. Os mais novos ficaram ainda mais limitados na sua compreensão da paz nacional pelo facto da História oficial que lhes é ensinada, consagrar apenas a dimensão militar de uma das fases do conflito sociopolítico e cultural que opõe certos poderes e interesses instalados em Angola.

Calaram-se as armas, os estrangeiros que nos venderam as armas partiram, o muro de Berlim caiu, terminou a guerra, tanto a fria como a quente, mas nunca discutimos com a devida profundidade as causas da guerra quente. Discutimos os resquícios da guerra, as circunstâncias da guerra e alguns dos seus efeitos, mas não as suas causas. Por isso, proclamamos a independência nacional em 1975, mas ainda não a

construímos. Criamos o Estado, mas excluímos dele parte significativa do seu substrato humano, pelo que ainda não fomos capazes de lançar os alicerces para a construção da Nação. **O resultado é a confusão conceptual existente no País entre o interesse do Estado e o interesse nacional.**

Ao adiar *sine die* essa discussão, tornou-se corriqueira a expressão “isto é um processo...vai levar o seu tempo”. Mas essa expressão em si mesma encerra o medo da verdade, uma fuga à realidade, um atentado à cultura da paz. **E temos de enfrentar a realidade para estabelecer os fundamentos para vivermos a paz.** Porque a paz não se resume a uma peça de papel, nem ao aperto de mão ou abraços entre adversários. A paz é uma condição social, é obra da verdade e da justiça, do respeito mútuo e da tolerância. A paz é obra da liberdade, da humildade, da inteligência e da generosidade. A paz, nos termos da Constituição da República, “tem como base o primado do direito e da lei e visa assegurar as condições necessárias à estabilidade e ao desenvolvimento do País” (Artigo 11.º, n.º 2).

A trajectória em busca da paz, que vimos percorrendo nos últimos 40 anos, evidenciou já que a cultura da paz resulta da prática da justiça social, do respeito pela igualdade e pela pluralidade política, da subordinação do governo à vontade popular e de eleições incontestáveis. Agora, incumbenos estabelecer os fundamentos para **vivermos a paz**. E estes fundamentos são sete:

1. A independência nacional;
2. A verdadeira democracia representativa e participativa,
3. O Estado de direito.
4. As liberdades individuais.
5. A garantia dos direitos.
6. A soberania popular.
7. A subordinação da política à ética e ao interesse nacional.

### **A independência nacional**

**O primeiro fundamento para vivermos a paz é o resgate da verdade sobre a história da construção da independência nacional.** É nesse resgate que encontraremos as causas da guerra. E para o fazermos, Angola precisa de, por um lado, **desconstruir, sem tabus, alguns mitos e inverdades** que falsearam a História que foi ensinada às crianças e jovens que nasceram ou cresceram na segunda metade do século passado, e, por outro lado, **afirmar os factos** que, tendo feito História, ainda não foram oficialmente revelados à juventude angolana. Vou mencionar alguns.

- **A luta pela independência dos povos de Angola não começou em 4 de Fevereiro de 1961, porque ela não se limitou, nem se limita à luta armada.** A luta pela independência nacional foi uma luta cultural, política e social. Uma luta revolucionária, que visava, e visa, transformar radicalmente as relações de poder entre os habitantes do mesmo território.
- **A proclamação da independência pelo Comité Central do MPLA foi um acto constituinte unilateral e singular, contrário aos termos estabelecidos pela pré-constituição material -os Acordos de Alvor- firmados entre o Governo português e os movimentos de libertação FNLA, MPLA e UNITA, em Janeiro de 1975. A violação desses Acordos pelas partes foi o culminar do abandono da cultura da paz e constitui a génese da guerra civil angolana que se seguiu até 2002.**
- **Os angolanos confundiram a data da proclamação da independência com o processo de construção da independência nacional.** Proclamaram uma República em meio da intolerância, do antirrepublicanismo e da exclusão, comportamentos atentatórios à cultura da paz e ao interesse nacional.
- **A independência nacional não é um acto de proclamação de um novo Estado, num território, num certo dia.** A independência nacional é uma condição, um processo, que decorre durante uma ou mais gerações e que visa garantir a emancipação, a dignidade e a afirmação dos povos que constituem a comunidade política angolana.
- **A independência nacional foi construída por angolanos de diversas etnias, de diversas opções ideológicas, de diversas cores partidárias e de várias classes sociais:** camponeses, escritores, enfermeiros, pastores, padres, alfaiates, estudantes e guerrilheiros.

A independência foi construída ao longo de anos, nos bairros, nas aldeias, nas escolas, nos Tribunais, nas prisões, nas matas, nas conferências internacionais e nos campos de batalha, por milhares de heróis anônimos, mas **verdadeiros heróis**.

- **É uma obra que começou a ser construída muito antes de 1975, muito antes de 1961, e até hoje ainda não foi concluída.**

**A independência de Angola tem, por isso, muitas datas e muitos heróis, dos quais permito-me destacar os seguintes:**

1. O Professor Dr. Emanuel Kunzika, que foi fundador do Partido Democrático Angolano, em 1962, Vice-Primeiro-Ministro do Governo Revolucionário de Angola no Exílio e o primeiro político angolano a apresentar uma petição a favor da independência de Angola na 16ª Assembleia Geral das Nações Unidas, onde se confrontou, na mesma sala, com Vasco Nogueira, o chefe da diplomacia de Salazar.
2. O poeta de Porto Amboim, Viriato Clemente da Cruz, que participou em 1960, na Guiné-Conacri, na fundação do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), tornando-se o seu secretário-geral.
3. Os comandantes guerrilheiros Jacob João Caetano (“Monstro Imortal”), Samuel Piedoso Chingunji (“Samuimbila”), Agostinho Mendes de Carvalho (“Hoji Ya Henda”), Alves Bernardo Baptista (“Nito Alves”).
4. Os professores Nicolau Chiuca Bianco, Jeremias Kussi Tchinhundo, Jacob Hossi Inácio, que, depois de terem recebido treino militar na China, foram presos ao atravessar a fronteira com a Zâmbia e defenderam nas prisões e nas matas, o sonho pela liberdade.

A cultura da paz exige que nunca nos esqueçamos não apenas dos heróis do 4 de Fevereiro, que foram poucos, mas dos **heróis da independência**, que são milhares. A cultura da paz e a defesa do interesse nacional exigem que respeitemos o passado e a nossa História real, a verdade, e não os mitos e as inverdades que convenham *aos poderosos interesses instalados*, só para usar as palavras do Presidente João Lourenço.

**Alguns desses heróis podem ter sido nossos adversários, na época da utopia, mas não foram adversários da independência nacional. Devem ser reconhecidos.** Não podemos confundir o interesse nacional com o

interesse de um grupo ou de um Partido, mesmo que seja um Partido que se confunda com o Estado, porque a Nação precede e abarca o Estado.

E nesta base, importa corrigir outro mito:

**O Dr. Agostinho Neto terá sempre o seu lugar na História de Angola, por mérito próprio mas não como Fundador da Nação, porque não foi.**

A Nação, ou as várias nações que habitam o território angolano, inclusive a Nação de Neto, já existiam antes do seu nascimento. Neto foi, sim, o fundador da República Popular de Angola e do MPLA- Partido do Trabalho, que já não existem.

**A independência nacional não é senão a independência colectiva dos angolanos.** Ela tem uma dimensão política, uma dimensão cultural e uma dimensão sócio económica. Independência significa soberania em acção. E como a soberania pertence ao povo, só a soberania do povo dá cabal realização à soberania do Estado. Logo, independência significa, no mínimo, governo democrático, porque a República soberana de Angola baseia-se na vontade do povo angolano, expressa nos termos constitucionais, ou no caso, **nos termos pré-constitucionais estabelecidos pelos Acordos de Alvor, em Janeiro de 1975.**

Por não ter respeitado os termos pré-constitucionais estabelecidos pelos Acordos de Alvor, a independência proclamada pelo Comité Central do MPLA, na altura, não tinha a legitimidade nem a representatividade política da inteira comunidade política angolana.

De igual modo, os símbolos nacionais, antes de serem símbolos do Estado, são símbolos da colectividade política, da República, e não de um ou dois partidos políticos. São valores de referência de toda a colectividade, de comunhão cultural e ideológica, de identificação e distinção.

**Ainda assim, a data de 11 de Novembro é uma data que deve orgulhar cada angolano, fortalecer o seu espírito patriótico, renovar a sua disposição de trabalhar para o nosso País, assim como a sua capacidade de refletir, de maneira profunda, sobre os caminhos que ainda nos faltam trilhar.**

Na dimensão cultural, independência nacional implica **identidade nacional**. Por um lado, a razão de ser da independência nacional é a

diferenciação de Angola como comunidade histórica de cultura; e, por outro lado, a independência nacional será tanto mais forte quanto mais fortes forem os factores de coesão entre os vários grupos étnicos, grupos culturais ou grupos nacionais que constituem Angola.

Para vivermos a paz, precisamos de desconstruir os mitos e inverdades difundidos sobre a UPA, sobre a FNLA, sobre o MPLA e sobre a UNITA e outros grupos excluídos pelo Partido dominante, só para sustentar a intolerância para com outras culturas ou, quiçá, a sua incapacidade de valorizá-las como iguais.

A dimensão socioeconómica da independência nacional corresponde a um conjunto de condições que propiciem a realização dos interesses colectivos e individuais dos angolanos, sem sacrifícios perante os interesses estrangeiros. Quando a Constituição estabelece que é dever ou tarefa fundamental do Estado garantir a independência nacional e a soberania nacional, não lhe está a impor apenas obrigações militares. Está a impor-lhe, acima de tudo, obrigações sócio económicas.

Nesta conformidade, a defesa da independência nacional não consiste apenas na defesa da independência do Estado, enquanto entidade política, contra a ocupação ou anexação por outro Estado. Trata-se igualmente de alargar a esfera de autodeterminação nacional, a capacidade de decisão autónoma quanto aos destinos da colectividade nacional. Daí que a garantia da independência nacional, em sentido material, exija a satisfação de condições políticas, económicas e sociais que a promovam. E são essas condições que garantem a paz.

Portanto, a cultura da paz e a defesa da independência nacional exigem também uma estratégia de desenvolvimento económico e social, ecologicamente sustentável, territorialmente equilibrado, concorrencialmente dinâmico e tecnologicamente evoluído. Esta estratégia deve ser implementada por angolanos. Se não for, dificilmente será assegurada a independência nacional.

Esta era a tese defendida pelo Dr. António Agostinho Neto, quando afirmava o seguinte relativo à dimensão industrial e tecnológica da independência nacional, cito: **“Ao lado de cada técnico estrangeiro deve ser colocado um angolano, para garantir a nossa independência”**.

Esta era também a tese do Dr. Jonas Malheiro Savimbi, incorporada na sua máxima, amplamente difundida: **“Primeiro o angolano, segundo o angolano, terceiro o angolano, o angolano sempre”!**

### **A verdadeira democracia representativa e participativa**

**O segundo fundamento para vivermos a paz é a construção do modelo de democracia ideal para Angola**, um país africano vasto, subdesenvolvido, multiétnico, de dimensão atlântica e grande potencial. Um modelo que respeite sempre a soberania popular e a descentralização política e administrativa, que garanta a representatividade étnica e territorial dos vários povos e que assegure a sua efectiva participação tanto nos órgãos do Estado como nos órgãos descentralizados do poder local.

Este é o desafio que a geração da utopia deve assumir agora, o quadro de um novo processo constituinte.

### **O Estado de direito.**

Não podemos viver a paz sem o Estado de Direito. O Estado de direito, por sua vez, é incompatível com a existência de um sistema de Partido dominante, sem contrapoderes efectivos, similar ao que vigora no nosso País. No Estado de direito, o poder de mando é limitado, tanto pela lei como pelos contrapoderes e pelos direitos e liberdades fundamentais.

**O maior obstáculo à construção da cultura da paz em Angola é a existência de uma cultura que sustenta a captura e a utilização permanente do Estado para fins privados.** Há uma classe que detém poderosos interesses e que considera que o Estado é dela, a Lei são eles. Os outros são apenas para enfeitar, colorir, mas nunca para controlar o poder real do Estado. Essa cultura, permitam-me a franqueza, é protegida por um Partido político, os meus queridos irmãos do MPLA.

Vou citar alguns exemplos:



- A utilização da máquina e da violência estatais para reprimir divergências no seio dos partidos, na década de 70 e 80.
  - A convicção de que quem pensa de modo diferente ao partido dominante é inimigo do Estado e antipatriota.
  - A subordinação da política de segurança nacional aos interesses do partido dominante, e não ao interesse nacional.
  - A instrumentalização dos órgãos da Administração local do Estado e das autoridades tradicionais para fins político-partidários.
- 
- As amplas medidas e estratégias de financiamento encapotado do partido dominante pelo Estado.
  - A transformação prática dos processos eleitorais em processos de defesa da paz e do interesse nacional, o que significa, em linguagem codificada, a manutenção do partido dominante no poder. Isto implica, por exemplo, manter o controlo do registo eleitoral, garantir que os presidentes dos órgãos centrais e locais da CNE, os presidentes das mesas de voto, os operadores da logística eleitoral e os presidentes dos centros de escrutínio da vontade popular, sejam todos ou na sua esmagadora maioria membros dos Comités de Acção do partido dominante ou pessoas a ele subordinadas.

**Construir e viver a paz exige, portanto, libertar o Estado dessa prisão através de medidas concretas e eficazes de despartidarização do Estado.**

### **As liberdades individuais.**

A paz é obra da liberdade, na qual destaco a **liberdade de imprensa**, âncora fundamental do regime democrático. O governo democrático, pela sua própria natureza, precisa do escrutínio permanente da imprensa livre, porque na democracia a imprensa deve servir os governados, não os governantes. A liberdade, protegida pelas leis e garantida nos direitos individuais inscritos na Constituição, afasta o medo, desfaz as desconfianças, elimina os ressentimentos, previne a corrupção, pela denúncia, e estimula a cooperação, a solidariedade e o apoio mútuo.

### **A garantia dos direitos.**

A cultura da paz exige que seja garantido a todos os cidadãos maiores de 18 anos, em todos os municípios, o direito de votar e ser eleito. A todos deve ser garantido em igualdade de circunstâncias o direito de eleger tanto o Presidente da República como o Presidente da Câmara. O legislador ordinário não pode negar nem limitar esse direito a ninguém.

### **A soberania popular.**

A soberania popular é o poder popular, que inclui as autarquias locais. A cultura da paz exige de todos o respeito escrupuloso por aquilo que os povos têm como sagrado: a sua soberania. Ninguém tem legitimidade nem autoridade para reduzir o tamanho do território onde o soberano exerce a sua soberania. Se a soberania, nos termos da Constituição, é exercida através do sufrágio universal, todo o universo de eleitores deve exercê-la no universo do território nacional. O princípio da universalidade do sufrágio deve corresponder ao princípio da unidade do Estado. Ninguém tem legitimidade para legislar que alguns angolanos devem esperar cinco anos para exercer o poder popular, pelo voto autárquico, mas devem já agora estar obrigados a pagar impostos, ir à tropa ou eleger os Deputados e o Presidente da República. Deve cantar o Hino agora, pelo poder popular, mas só pode exercer esse mesmo poder popular daqui há cinco anos!

### **A subordinação da política à ética e ao interesse nacional.**

A política do vale tudo não serve o interesse nacional, e este não deve ser confundido com o interesse estatal. Num país onde o Estado deixou de ser uma pessoa de bem, por ter institucionalizado a corrupção e por tutelar tanto a corrupção financeira como a corrupção eleitoral, **o triunfo da cultura da paz vai exigir definitivamente a refundação do Estado.**

**Dito isto qual deve ser então o contributo dos Partidos políticos na manutenção e preservação da cultura de paz e na defesa do interesse nacional?**

**Em primeiro lugar**, precisamos de construir primeiro a paz para podermos depois mantê-la e preservá-la. E a construção da paz exige a despartidarização do Estado.

Quem quiser ser o arquiteto da paz deve ser capaz de concretizar todas as estratégias e medidas de política conducentes à libertação e à despartidarização do Estado ora capturado.

**Em segundo lugar**, precisamos de desconstruir os mitos e inverdades que falsearam a História e alimentaram a intolerância, a exclusão e captura do Estado por poderosos interesses que se instalaram para neocolonizar Angola e empobrecer os angolanos.

**Em terceiro lugar**, urge reconhecer que o contributo dos partidos políticos não pode ser o mesmo. Porque já a expressão em si está eivada do vício da deturpação ou manipulação do conceito universal de “paz”. Porque os partidos políticos em Angola não se situam no mesmo nível. Quando se diz “partidos políticos”, amiúde exclui-se o partido dominante, porque pretende-se que ele continue a confundir-se com o Estado que, por definição, deve colocar-se acima dos partidos e a todos tratar de igual forma.

Portanto, o contributo do partido dominante é fundamental e distinto dos demais. Só ele pode contribuir para a manutenção e preservação da cultura da paz, porque só ele perigou e periga a paz através da captura do Estado para fins privados. Só ele pode, e deve, promover a despartidarização do Estado.

Quanto a nós, entendemos que **a missão histórica do Presidente da República eleito nas eleições da mudança é fazer a mudança. É dirigir o processo histórico de transição do regime de Partido-Estado para o regime democrático.**

Nesta base, na sua qualidade de parceira do Governo na fundação da República de Angola, das suas Forças Armadas e do seu Estado Democrático de Direito, a UNITA reitera aqui a sua total disponibilidade para trabalhar com o Presidente da República, com o MPLA e com outras forças vivas da Nação, na implementação de uma Agenda Nacional para a Mudança que visa corrigir de facto as raízes, e não os sintomas, do que está mal e expandir com sustentabilidade tudo o que funciona bem, dignificando a construção e os construtores.

Considero que é hora para mais uma mudança histórica e Angola está pronta para a mudança: Mudança na Constituição, na estrutura do Estado e da economia política. Mudança na forma de se fazer política e de administrar a justiça. Mudança na cultura da governação para a construção de um Estado moralizante que sirva Angola com responsabilidade republicana e os Angolanos em primeiro lugar.

Muito obrigado!